

UPAGRO - UNIDADE DE PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO DE JUAZEIRO-BA



**ZONEAMENTO DAS UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA**

Zoneamento das Unidades de
1994 FL - 15624



31673 - 1

ADAC - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA

Juazeiro-BA

Março/94

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação

Jussara de Souza Oliveira
Rogério Alves de Santana

ADAC
ADAC

Equipe de campo

Giçara Maria Cadidê Duarte
Marcos Túlio Menezes Serafim
João da Costa
Eurico Menezes Regis Serafim
Júlio César

SDE/PMJ
SDE/PMJ
SDE/PMJ
SDE/PMJ
SDE/PMJ

Assessoria

Patrick Caron
Yves Clouet
Bernad Hubert
Jean Philippe Tonneau

CIRAD/SAR
CIRAD
INRA
CIRAD/SAR

Colaboradores

Anibal Antunes de Macedo
Antônio Fernando A. Dantas
Berry Correia Dias
Bras Alves Pereira
Cândido José dos Santos
Edson Gonçalves Duarte
Erinaldo Bezerra da Silva
Eugênio Costa Souza
Generoso Baldo da Silva
Gilberto Nunes da Conceição
Gilberto Oliveira
Isaias da Silva Carvalho
Jaime Badeca de Souza
Josemar Alves da Cruz
José Wilson Chaves
Maria J. G. S. dos Santos
Padre Hugo Placan
Raimundo C. de Souza
Raimundo Lima da Silva
Valmir de Oliveira
Zoroastro Spinola Ramos

AGRICULTOR (Pinhões)
AGRONOMO (EBDA)
AGRONOMO (INTERBA)
AGRICULTOR (Abobora)
AGRONOMO (INTERBA)
TÉCNICO AGRÍCOLA (GAMBA)
AGRONOMO (EBDA)
TÉCNICO AGRÍCOLA (EBDA)
AGRICULTOR (Itamotinga)
AGRICULTOR (Massaroca)
AGRICULTOR (Barrinha)
TÉCNICO AGRÍCOLA (EBDA)
AGRONOMO (SDE/PMJ)
AGRICULTOR (Itamotinga)
VEREADOR
AGRONOMO (INTERBA)
DIOCESE DE JUAZEIRO
AGRICULTOR (Pinhões)
AGRICULTOR (Massaroca)
AGRICULTOR (Salitre)
VEREADOR

RESUMO

INTRODUÇÃO

1. OBJETIVOS

- 1.1. Objetivo geral**
- 1.2. Objetivos específicos**

2. METODOLOGIA

- 2.1. Levantamento e análise bibliográfica**
- 2.2. Entrevistas com pessoas-chave**
 - 2.2.1. Seleção dos entrevistados**
 - 2.2.2. Elaboração do roteiro**
 - 2.2.3. Condução da entrevista**
- 2.3. Sistematização das informações coletadas**

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

- 3.1. Localização e caracterização dos recursos naturais**
- 3.2. História e problemática do desenvolvimento do município**

4. UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

01: ZONA DE AGRICULTURA IRRIGADA

- Unidade 1.A: Margem do Rio São Francisco**
- Unidade 1.B: Vale do Salitre**
- Unidade 1.C: Perímetros públicos irrigados**
- Unidade 1.D: Açudes públicos**
- Unidade 1.E: Adutora de Caraíba Metais**

02: ZONA DE ASSALARIAMENTO

- Unidade 2.A: Assalariamento e agricultura de renda**
- Unidade 2.B: Assalariamento e pecuária**

03: ZONA DE AGRICULTURA DE SEQUEIRO E PECUÁRIA

- Unidade 3.A: Média densidade demográfica**
- Unidade 3.B: Baixa densidade demográfica**

04: ZONA DE PECUÁRIA E EXTRATIVISMO

- Unidade 4.A: Extrativismo vegetal**
- Unidade 4.B: Extrativismo mineral**

05: ZONA DE PECUÁRIA

- Unidade 5.A: Área com potencial de irrigação**
- Unidade 5.B: Pecuária interligada com o rio São Francisco**
- Unidade 5.C: Pecuária interligada com a sede do município**

Unidade 5.D: Pecuária tradicional

06: ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

6.A: Serra do Mulato

5. TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

- 5.1. A integração do município ao espaço regional, nacional e internacional**
- 5.2. Integração entre a área irrigada e de sequeiro**
- 5.3. Processo de urbanização**
- 5.4. Uma pequena produção diversificada e integrada**

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O planejamento rural implementado na região Nordeste, e porque não dizer no Brasil, processa-se basicamente de duas formas. A primeira diz respeito às iniciativas dos órgãos públicos que mantêm contatos políticos junto aos poderes superiores e viabilizam os recursos necessários para a execução dos projetos idealizados institucionalmente. A segunda refere-se ao planejamento local, proposta recentemente difundida que prioriza o desenvolvimento em escalas menores (comunidades, distritos), fomentando uma ação participativa do público envolvido.

A primeira vertente permite, em alguns casos, uma rápida mobilização dos recursos financeiros, mas, por outro lado, dificulta ou mesmo impede a participação da população beneficiária, principalmente no setor agropecuário de pequenos produtores que sofrem de carência na sua organização social. A segunda vertente, por priorizar a atuação nos espaços geográficos reduzidos, dificulta a extrapolação ou a ampliação das informações para outras áreas dentro ou fora do município.

Neste sentido, parece ser necessário encontrar métodos e instrumentos relacionados com o planejamento municipal que consigam ser ágeis, eficientes e que expressem a visão dos agentes que integram o espaço agrário do município.

O estudo considerando esta escala possibilita uma apreensão qualitativa e dinâmica da realidade, revelando os processos de casualidade dos problemas com suas inter-relações, ao mesmo tempo que permite a apresentação de propostas exequíveis e compatíveis com o potencial local.

O atual estágio de reorganização da sociedade brasileira, onde está em curso o debate sobre a municipalização dos serviços, reforça esta necessidade, na medida em que tarefas que antes eram de responsabilidades dos governos Federal e Estadual podem vir a ser planejadas, coordenadas e executadas pelos municípios através das prefeituras, ou mesmo por outros organismos governamentais ou não.

Consciente dessa situação, a Unidade de Planejamento Agropecuário ((UPAGRO) assessorada pela Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária (ADAC) vem procurando desenvolver métodos e instrumentos que permitam elaborar o Plano de Desenvolvimento Rural do município de Juazeiro-BA, baseado na participação das representações dos beneficiários locais, os produtores rurais, e na integração dos órgãos ligados a esta temática.

O presente documento retrata uma das etapas de concepção deste plano que parte do conhecimento da realidade do setor rural do município, através da identificação da sua diversidade, suas potencialidades e dos entraves, sistematizados em um documento cartográfico intitulado de **Zoneamento das Unidades de Desenvolvimento de Juazeiro-BA**.

1. OBJETIVOS

1.1. Objetivo geral

Representar a realidade a partir da forma que ela é percebida pelos agentes que interagem no espaço rural municipal, permitindo obter uma visão global da mesma, destacando os elementos essenciais da situação presente, numa perspectiva do planejamento participativo e do desenvolvimento rural do município de Juazeiro.

1.2. Objetivos específicos:

-) buscar a integração dos órgãos responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento rural em Juazeiro, na identificação e planificação de ações;
-) retratar a diversidade do município, através da identificação de zonas que constituem cada uma, um conjunto homogêneo da problemática de desenvolvimento rural;
-) elaborar um documento que sirva de base para discussão sobre o planejamento do desenvolvimento rural do município de Juazeiro-BA;
-) criar métodos e instrumentos que estimulem a participação dos produtores rurais na discussão sobre os rumos do desenvolvimento, procurando intervir nos aspectos importantes das situações agrárias.

2. METODOLOGIA

2.1. Levantamento e análise bibliográfica

Constituiu-se no primeiro passo do trabalho. Enfocou o estudo da bibliografia sobre o município, com destaque para os documentos cartográficos que servissem de base analítica do espaço rural ao nível municipal.

O mapa político municipal (escala 1:200.000) publicado pelo Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), órgão da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), foi o documento básico para a realização do Trabalho.

Como este mapa foi publicado em 1980, tornou-se necessário efetuar algumas modificações relativas aos limites intermunicipal (desmembramento do atual município de Sobradinho) e intramunicipal, ou seja, os limites dos distritos de Abóbora, criado em 31/03/84 pelo Decreto-Lei No. 019/84 e de Pinhões criado pelo Decreto-Lei No. 006/84 datado de 11/02/84.

No geral, os mapas temáticos são publicados nas mais variadas escalas, tornando necessária a compatibilização das mesmas (escala 1:200.000) como foi o caso do Mapa Geo-ambiental do Município de Juazeiro-BA (EMBRAPA/CPATSA).

2.2. Entrevistas com pessoas-chave

2.2.1. Seleção dos entrevistados

Esta etapa levou em consideração a importância do conhecimento não escrito, que fica armazenado na memória das pessoas que vivem e trabalham, de uma forma ou de outra, na área rural.

Para a coleta destes dados optou-se por um método que fosse capaz de resgatar, reunir

e organizar as informações dispersas, retratando assim a realidade rural, através da caracterização dos sistemas agrários, de uma forma mais simples, porém ressaltando os elementos essenciais que permitem a leitura das imagens atuais, passadas e futuras do município.

Foram selecionadas 26 pessoas entre técnicos, agricultores e lideranças locais para participar como colaboradores e entrevistados. A seleção tomou por base o conhecimento mais detalhado que estas pessoas possuem sobre determinado distrito (divisão administrativa municipal). Para cada distrito foram selecionados de 1 a 3 nomes, tendo a preocupação de incluir sempre representantes do saber técnico e do saber popular, com o intuito de complementar a percepção sobre cada área analisada.

2.2.2. Elaboração do roteiro

Considerando que os sistemas de produção são determinados pela estrutura demográfica, pela natureza dos recursos naturais e pelas regras sociais (estrutura fundiária, fluxos de mão-de-obra, etc.), o roteiro da entrevista fundamentou-se nos temas abaixo descritos:

ATIVIDADES PRODUTIVAS: procurando identificar quais as atividades econômicas mais expressivas e sua importância para a população da zona delimitada e para o município como um todo. Vale ressaltar que não só os aspectos ligados ao setor agropecuário foram alvo desta análise e sim discutiu-se sobre qualquer ramo da economia (comércio, extrativismo, mineração);

RECURSOS NATURAIS: identificando os tipos de solos predominantes, o porte, a densidade das principais espécies vegetais, além de destacar os eixos hidrográficos mais importantes e sua utilização para o armazenamento de água;

ESTRUTURA FUNDIÁRIA: conhecendo, em linhas gerais, a forma de ocupação da terra, em termos de tamanho médio das propriedades, se possível identificando os limites máximos e mínimos, procurando relacioná-los com as atividades desenvolvidas em cada estrato fundiário;

COMUNIDADES E INFRA-ESTRUTURA: localizando as comunidades existentes nas áreas delimitadas, quantificando as famílias além de catalogar e mapear as inversões públicas com o intuito de conhecer as carências da população rural;

MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO: analisando a comercialização dos produtos de consumo humano e dos produtos situados a montante e a jusante do processo produtivo, identificando os agentes deste mercado no objetivo de conhecer os fluxos e as cadeias de comercialização dos principais produtos regionais.

No final de cada entrevista buscou-se entender a **problemática geral** de cada área em estudo, procurando refletir o debate sobre os fatores que interferem no desenvolvimento rural, os entraves e as propostas de solução. No caso deste trabalho, por a região atravessar uma época de seca o foco do debate restringiu-se a escassez de recursos hídricos para o consumo humano e dos rebanhos, limitando o campo de análise, dificultando a investigação sobre outros elementos que atuam no meio rural.

O roteiro serviu para estabelecer e orientar o diálogo com o entrevistado e para registrar as principais informações coletadas.

2.2.3. Condução da entrevista

Os técnicos entrevistadores foram treinados no método a ser utilizado, cuja validade está na habilidade e no rigor de como é conduzido o processo.

O trabalho de mapeamento foi realizado através de entrevistas individuais. Estes momentos revelaram-se como instantes de reflexão e discussão sobre o passado, o presente e

o futuro da área objeto de estudo. Para tanto, é importante que os entrevistados compreendam os objetivos do zoneamento, estejam dispostos a colaborar e acima de tudo, conheçam com a maior precisão possível uma região específica do município.

No início da entrevista, o técnico entrevistador procurou explicar com mais detalhes a importância do zoneamento, enfocando seus objetivos e qual seria o processo da entrevista. Em seguida, o entrevistador fazia superposição de uma folha de papel vegetal transparente sobre o mapa político do município, procurando situar o entrevistado na região de seu maior conhecimento, destacando os pontos mais importantes (localidades, riachos, serras, etc) facilitando a demarcação de seus limites.

A partir daí, o diálogo fluía no rumo da identificação e do mapeamento das **Unidades de Desenvolvimento**, conceituada como sendo uma unidade espacializada, na qual os recursos produtivos, o uso e a valorização destes pela sociedade e as limitações enfrentadas constituem um conjunto homogêneo da problemática de desenvolvimento, cuja a variabilidade é mínima, de acordo com a escala cartográfica.

As entrevistas, a princípio, transcorreram livremente, com o entrevistado abordando todo o seu conhecimento sobre a área. Diante desta exposição inicial, o entrevistador exercitava o diálogo baseado no roteiro de entrevista elaborado.

No primeiro momento é importante destacar e caracterizar esta diversidade das situações agrárias e das problemáticas do desenvolvimento. No segundo momento, a partir da análise desta diversidade, busca-se a caracterização da dinâmica global de desenvolvimento municipal, que necessariamente não é a soma das dinâmicas das unidades de desenvolvimento.

2.3. Sistematização das informações coletadas

As entrevistas foram realizadas individualmente gerando várias repartições espaciais para a mesma área estudada, já que o trabalho foi efetuado com mais de um entrevistado nestas áreas.

Em virtude desta situação, tornou-se necessário um esforço de compatibilização espacial das informações coletadas, visando unificá-las em zonas homogêneas de desenvolvimento, através da identificação dos pontos convergentes e divergentes ressaltados em cada entrevista. Nesta fase do trabalho, foi importante a consulta de documentos, como por exemplo, o mapa geo-ambiental produzido pelo CPATSA, o mapa fundiário e fotografias aéreas do (INTERBA), diagnósticos disponíveis que permitissem definir com maior precisão os limites cartográficos das unidades mapeadas.

Por fim, a compatibilização de todas as entrevistas em uma única folha de papel vegetal resultou no **Mapa das Unidades de Desenvolvimento do Município de Juazeiro-BA**, juntamente com uma legenda matricial, que auxilia a sua leitura e sua interpretação.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1. Localização e caracterização dos recursos naturais

O município de Juazeiro localiza-se na região semi-árida do Nordeste brasileiro, ao Norte do Estado da Bahia, à margem direita do Rio São Francisco. Possui uma área total de 5.614 Km² e uma população, segundo o IBGE/Censo de 1991, de 128.378 habitantes. O clima é quente e seco com temperatura anual média de 25,6°C e uma umidade relativa do ar girando em torno de 60%. A pluviosidade média anual varia entre 400 e 500mm, concentrada no período de novembro à abril.

O levantamento pedológico realizado pelo convênio FAO/SUDENE revelou que o

município possui solos com boa aptidão para a ampliação da agricultura irrigada (vertissolos e cambissolos) e agricultura de sequeiro (regossolos). A vegetação predominante é a caatinga, que a depender da topografia, do tipo de solo e dos recursos hídricos, registra presença diferenciada de espécies típicas desta vegetação.

A área do município é cortada no sentido sul/norte, com eixos hidrográficos, tributários do Rio São Francisco, como o Rio Salitre e outros de menor expressão como o Tourão, Bouqueirão e Curaçá.

3.2. Historia e problemática do desenvolvimento do município

Em meados do século XVII, com o crescimento do rebanho bovino, intensificou-se o processo de ocupação do sertão e que mais tarde resultou na colonização da zona ribeirinha do Rio São Francisco. O caminho aberto pelo gado criou povoações em lugares estratégicos, principalmente em áreas situadas às margens de cursos de águas importantes. O município de Juazeiro, sem sombra de dúvidas, teve o seu surgimento e seu desenvolvimento ligado a este aspecto. Conhecida como a Passagem de Juazeiro, a antiga vila transformou-se em rota obrigatória entre o Recôncavo e os sertões do Piauí, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e Goiás. A ligação com estes últimos Estados era realizada através da navegação. A ocupação do município ficou restrita, inicialmente ao trecho compreendido ao Vale do Salitre e área marginal do Rio São Francisco, onde a população pôde instalar-se a partir da exploração das vazantes com cultivo de plantas alimentares (feijão, milho, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, melancia, etc).

Mais tarde, a população iniciou o caminho da procura de regiões com pontos de água que permitissem a instalação de pequenos povoados, tendo como sustentação a pecuária extensiva e agricultura de subsistência nas áreas com solos mais apropriados para esta atividade.

Este processo foi intensificado no final do século XIX, quando foi inaugurada a Via Férrea ligando a Capital do Estado ao Sul do país e, conseqüentemente, criando condições para o desenvolvimento de pequenos povoados, que a partir de então poderiam escoar os seus produtos com maior facilidade e integrar-se ao mercado consumidor principal, a sede do município.

Nesta mesma época a navegação no Rio São Francisco no trecho Juazeiro e Pirapora-MG, tomou forte impulso, motivado pela construção e lançamento do Saldanha Marinho, primeiro navio a vapor a trafegar nas águas do "Velho Chico".

A conjunção destes dois eixos de transporte transformou o Município em um empório comercial de grande vulto ao longo de todo Sertão Nordeste. O movimento de cargas e passageiros trafegando em direção ao Sul do país e vice-versa era impressionante. O relatório da Viação São Francisco, datado de 1940, revela que no ano de 1937 foram transportadas 10.836 toneladas de carga. Em 1939, ano de grande seca, 11.524 passageiros singraram o Rio São Francisco. Neste período o comércio destacava-se como a principal atividade econômica. De Juazeiro partiam os produtos manufaturados, produzidos em outras regiões, com destino às cidades do Alto São Francisco. Em contra partida, recebia outros produtos como: açúcar, cachaça, rapadura, cereais, gado bovino, etc.

O crescimento do transporte rodoviário a partir do final dos anos 50 e início da década de 60 fez com que os sistemas de transporte fluvial e rodoviário perdessem a sua importância e no caso específico desta região, esta tendência tornou-se mais forte, quando da construção da Barragem do Sobradinho, em 1973.

A pavimentação asfáltica da Rodovia Juazeiro-Salvador, BR-324, ocorrida no final da década de 60, dinamizou a implementação de diversas atividades ao longo do seu eixo. O comércio nas sedes dos distritos de Carnaíba, Juremal e Massaroca foi impulsionado, surgiram ofertas de serviços próprios deste sistema de transporte, como por exemplo: postos de

abastecimento de combustível, restaurantes, borracharias. Os agricultores do distrito de Massaroca afirmam que a rodovia foi um elemento propulsor das culturas de algodão e mamona na região. O extrativismo mineral (pedra portuguesa e calcáreo) nos distritos de Carnaíba e Juremal expandiu-se devido a facilidade de escoamento da produção. Além do mais, propiciou uma maior aproximação do interior do município com sua sede.

A partir da década de 70, essa rodovia também contribuiu de maneira decisiva para que o município viesse a se tornar um grande exportador de horti-frutos provenientes do desenvolvimento da agricultura irrigada. Neste período, inicia-se uma nova fase econômica em Juazeiro e região. O Governo Federal, através da SUVALE, hoje CODEVASF, implantou os Perímetros Públicos de Irrigação. Em 1973, iniciou-se o funcionamento do Projeto Mandacaru. No final de 1976, entrou em operação o Projeto Tourão. Em 1981 e 1982, os Projetos Maniçoba e Curaçá começam a operar.

Este avanço puxou o crescimento do investimento privado em agricultura irrigada, principalmente na zona do platô calcáreo no Vale do Salitre, fato que mais tarde ocasionou o estrangulamento do Rio Salitre, outrora perene.

O "boom" da agricultura irrigada trouxe consigo um crescimento urbano (sede do município) muito rápido, gerando por isso, uma demanda crescente de serviços sociais (saúde, educação, saneamento básico, etc). O fluxo migratório do sertão de outros estados nordestinos para Juazeiro acentuou-se neste período.

O investimento público também foi importante para a mudança da forma de ocupação do espaço em outras áreas, com destaque para o açude de Pinhões, inaugurado em meados da década de sessenta, que mudou a fisionomia e a atividade econômica predominante na área. Mais recentemente, vem se processando uma ocupação até certo ponto rápida, fomentada pela agricultura irrigada ao longo da adutora que leva água para a Caraíba Metais.

Vale destacar também os investimentos públicos realizados no setor de abastecimento de água para consumo, através de poços artesianos, pequenas barragens, pequenos açudes, que propiciaram a instalação de pequenas povoações, mudando o perfil demográfico e por consequência, provocando alterações no sistema de trabalho destas novas comunidades.

Nas áreas de solos com potencial de irrigação alto, mas que não possui recursos hídricos capazes de agilizar o processo produtivo em larga escala, hoje continua sendo área de pecuária extensiva, baseada no latifúndio, com inexpressiva densidade demográfica.

As áreas com solos de boa qualidade e recursos hídricos temporários com capacidade de suprir o abastecimento humano, verifica-se uma alta densidade demográfica e a presença significativa da pequena produção, com agricultura de sequeiro de subsistência (feijão de corda, milho e mandioca) e culturas de renda (melancia, mamona e mandioca) além da caprino-ovinocultura. Quando estas áreas estão localizadas próximas aos projetos de irrigação, empresas agrícolas ou qualquer fonte de emprego permanente, o assalariamento constitui-se em grande fonte de renda para a população.

4. UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A diversidade no meio rural identificada neste zoneamento é bastante complexa, fruto da interação de fatores naturais (clima, solo, vegetação, etc) e de fatores sócio-econômicos que determinam a forma dos homens ocuparem o espaço em que vivem a cada momento. Ao mesmo tempo, esta ocupação reflete decisões individuais e coletivas tomadas em função de critérios, objetivos e/ou subjetivos respondendo a interesses por muitas das vezes bastantes contraditórios.

O resultado do zoneamento mostrou que o município de Juazeiro caracteriza-se por uma

importante diversidade, revelada pela identificação e existência de 16 unidades de desenvolvimento, agrupadas em 6 grandes agrárias.

As unidades de desenvolvimento serão aqui abordadas sob os aspectos do processo de ocupação, procurando explicar a situação atual, os principais problemas detectados e as tendências de evolução.

Segue em anexo uma legenda matricial descrevendo cada unidade de acordo com o roteiro de entrevista.

01: ZONA DE AGRICULTURA IRRIGADA

Unidade 1.A: Margem do Rio São Francisco

Compreende toda a área do município que margeia o Rio São Francisco. A atividade produtiva principal é a agricultura irrigada, com os cultivos tradicionais da região como cebola, melão, melancia, tomate, pimentão, feijão de arrancar, feijão de corda, milho e fruteiras (manga, acerola e uva). Alguns agricultores menos capitalizados, ainda desenvolvem agricultura de varzante (mandioca, capim de corte, feijão de corda e de arrancar) de acordo com a variação da vazão emitida pela barragem de Sobradinho. O criatório de bovinos, caprinos e ovinos é insignificante. Predomina a criação de galinhas e porco, sendo que esse último em menor quantidade.

O turismo vem paulatinamente ocupando um grande espaço na formação da renda da população desta área, principalmente nas localidades próximas as ilhas, destacando-se, no momento, a ilha do Rodeadouro, que possui uma boa estrutura para o desenvolvimento do potencial turístico e a ilha do Mandacaru (Culpe o vento) que já recebe um número expressivo de frequentadores nos finais-de-semana mais prolongados.

Os pequenos agricultores complementam a sua renda com o assalariamento nas grandes propriedades e na pesca (cará, surubim, piaú, curimatã, dourado, cabogé e mandim) para venda e consumo.

Até o início dos anos 60, a população dessa área era constituída basicamente de pequenos proprietários que viviam exclusivamente de agricultura de varzante e da pesca.

A expansão da agricultura irrigada mudou esse quadro. Grande parte dos antigos proprietários venderam suas terras para pessoas oriundas da sede do município e de outras localidades, gerando concentração de terra.

Hoje, parte desses agricultores que venderam suas terras, vivem da venda de mão-de-obra nas suas antigas propriedades.

Problemática:

Os problemas identificados dizem respeito a:

-) irregularidade da vazão da barragem de Sobradinho;
-) acesso difícil, estradas ruins;
-) mercado instável para os produtos agrícolas;
-) desmatamento intenso em alguns trechos da margem do rio.

Tendências:

O processo de evolução dessa área estará relacionado com a presença cada vez mais marcante do capital proveniente da sede do município, tanto com a instalação de propriedades agrícola, caso a agricultura irrigada torne-se uma atividade mais segura, e/ou com instalação de áreas de lazer, principalmente, nas áreas mais próximas à Juazeiro.

O turismo nas ilhas do São Francisco deve crescer vertiginosamente. Para tanto, é necessário que o poder público crie a infra-estrutura fundamental ao seu desenvolvimento, como estradas, energia, posto telefônico. A partir daí, a iniciativa privada poderá movimentar o comércio (bares, lanchonetes, pousadas, transporte), gerando emprego e renda para a população local.

Unidade 1.B: Vale do Salitre

Corresponde a toda área do município que margeia o Rio Salitre, desde a divisa com o município de Campo Formoso até a sua foz, no Rio São Francisco.

Historicamente, esta região sempre foi de muita importância para a economia do município. Possui uma ocupação das mais antigas da região. Foi a grande fonte abastecedora de holerícolas e derivadas da cana-de-açúcar (rapadura e mel), até os anos 60, baseada na agricultura de varzante.

Por possuir solos de alta fertilidade, bem drenados e com topografia plana, tornou-se uma área de grande expansão da agricultura irrigada, atraindo capital oriundo da sede do município e de outros centros.

Esse fato mudou a ocupação do espaço nessa área. Parte expressiva dos antigos moradores da região venderam suas terras e hoje vivem da venda de mão-de-obra na agricultura.

O sistema de produção é baseado na agricultura irrigada de culturas anuais (melão, cebola, tomate de mesa, tomate industrial, beterraba e pimentão) e frutíferas (limão, banana, manga, coco, uva e recentemente a acerola). As fruteiras aparecem mais no alto e salitre. As frutíferas que exigem maior investimento como manga, acerola e uva aparecem em propriedades mais capitalizadas. A banana e o limão são cultivadas pelos pequenos proprietários.

Problemática:

Os problemas e dificuldades sentidas pela população do Vale do Salitre referem-se ao manejo de água do Rio Salitre. Com a expansão da área irrigada ocorreu uma queda expressiva de sua vazão ao longo desses últimos anos, chegando a secar totalmente em alguns trechos.

A incompatibilidade entre a área cultivada e a volume de água do rio configura-se no principal problema nessa unidade de desenvolvimento, pois:

-) gera um clima de incerteza quanto ao sucesso das lavouras, por causa do perigo e da falta de água durante o cultivo;
-) provoca uma diminuição da área cultivada e por consequência uma queda na oferta de trabalho, aumentando o desemprego;
-) cria rivalidade e desavenças entre os agricultores, gerando sérios conflitos.

Para suplantar estas dificuldades, o poder público, ao longo dos anos tomou algumas medidas na tentativa de solucionar este grave problema.

Foi estipulado por Lei Municipal que a área máxima de plantio era de 03 hectares. Medida

cumprida efetivamente pelos agricultores. Muitos produtores reduziram sua área de plantio por causa das dificuldades financeiras e a incerteza de produção e não em obediência a lei.

No Baixo Salitre, a CODEVASF, implantou 09 (nove) barragens galgáveis, trazendo água do Rio São Francisco até a localidade "Y", através do bombeamento sucessivo.

Se por um lado essa medida amenizou a situação das localidades situadas no Baixo Salitre, por outro, gerou bastante controvérsias quanto à sua efetiva utilidade, principalmente devido ao alto custo de operação e manutenção, questionado pelos agricultores que não desejam arcar sozinhos com esses custos. No momento a COELBA realiza uma escala no fornecimento de energia a partir da localidade de Junco até a Passagem do Sargento, objetivando racionalizar o consumo da água, fato que segundos os agricultores tem atenuado a situação.

Tendências:

A luta reivindicatória da população do Vale do Salitre é pela perenização do Rio Salitre, através da transposição das águas do Rio São Francisco. Como a carência e dificuldade de recursos no poder público é cada vez maior, esse objetivo tem sido difícil de ser atingido.

Existe também a possibilidade de construção de pequenas barragens, no Alto e Médio Salitre, proposta já estudada pela CODEVASF, e que pode ser novamente discutida com a população, que hoje está mais aberta para debater esse assunto.

Em função das dificuldades apresentadas para se manter a plenitude da agricultura irrigada durante todo o ano, torna-se necessário a procura pela geração de renda e trabalho, fora da agricultura, com destaque para o setor de serviços (pedreiros, carpinteiros, etc), artesanatos (esteira de tábua) e transformação de produtos agropecuários (fabricação de doces, biscoitos, etc) deve ser uma preocupação constante, pois o desemprego vem aumentando assustadoramente.

Unidade 1.C: Perímetros públicos irrigados

Envolve as áreas onde estão localizados os projetos de irrigação (Mandacarú, Tourão, Maniçoba e Curaçá), implantados pela CODEVASF.

O Projeto Mandacarú situado a 12 quilômetros da sede do município, entrou em funcionamento no ano de 1973. Possui uma área total de 853 ha. A área de sequeiro é de 441 ha e a área irrigável 382 ha, sendo 331 ha destinados ao setor de colonização, ocupado por 51 colonos com área média de 7,5 ha e 51 ha ocupados pela Estação Experimental da EMBRAPA/CPATSA.

A Cooperativa Mista do Projeto de Irrigação de Mandacarú (CAMPIM), atende os colonos nos serviços de mecanização, comercialização, assistência técnica, além de ser responsável pela manutenção e operação através do contrato firmado com a CODEVASF.

O projeto está assentado em uma área de vertissolos de origem calcárea de alta fertilidade, proporcionando obtenção de altas produtividades, sendo a irrigação realizada por gravidade, através de sulcos de infiltração.

O Projeto Tourão, localizado a 12 quilômetros da sede do município, próximo ao Projeto Mandacarú, iniciou sua operação no final de 1976, início de 1977. A área irrigável é de 10.455 ha, ocupados da seguinte forma:

-) 8.238 ha com grandes empresas;
-) 2.035 ha com médias empresas e 182 ha com colonos, assentados em áreas médias de 6 ha.

A operação e manutenção do perímetro é de responsabilidade da Associação dos Irrigantes do Tourão.

A cana-de-açúcar cultivada por uma só empresa, representa mais de 90% da área cultivada do projeto.

O Projeto Maniçoba distante 30 km da sede do município, iniciou suas atividades em 1981, possuindo uma superfície irrigável de 4.498 ha e de sequeiro 7.819 ha. Na área de colonização existem 232 famílias que cultivam parcelas médias de 8,5 ha e 50 pequenas e médias cultivam parcelas de 26 ha.

O Distrito de Irrigação de Maniçoba atualmente administra a manutenção e operação do perímetro irrigado e a Cooperativa Agrícola Mista do Projeto Maniçoba (CAMPIMA), que procura atender os colonos no setor de comercialização de produtos agrícolas e repasses de financiamentos bancários.

O Projeto Curaçá localizado a 70 km da sede do município, é ocupado por 267 lotes destinados à colonização, com área média de 7,4 ha, perfazendo 1.964 ha e 16 empresas implantadas em 2.280 ha.

A administração do perímetro atualmente é realizada por 2 entidades. O Distrito de Irrigação de Curaçá (DIC) e a União dos Produtores do Projeto de Irrigação de Curaçá (UPROPIC).

Nestes projetos de irrigação o sistema de produção predominante baseia-se no cultivo de plantas de ciclo curto (ceboma, melão, tomate industrial, melancia, pimentão industrial, abóbora, feijão de arrancar, feijão de corda, etc). Mais recentemente tem sido aumentada a área cultivada com fruticultura perene (manga, uva, banana, goiaba).

Problemática

A agricultura irrigada no município vem sofrendo nos últimos tempos sérias dificuldades relacionadas à questão macro-econômica como a desorganização do mercado e os altos custos financeiros da agricultura e de toda a economia brasileira.

Esses problemas aparecem em dois momentos distintos e importantes para o agricultor. Na hora de plantar, quando o produtor rural descapitalizado tem que recorrer a empréstimos bancários ou a outros agentes de financiamento (agiotas), ficando sujeito a cobrança de encargos financeiros demasiadamente altos, não cobertos com a lucratividade da agricultura. Na época da comercialização o agricultor fica preso a uma cadeia de comércio, fundamentada na figura do intermediário que dita o preço dos produtos de acordo com a lei do mercado (oferta e procura) e com o nível de "desinformação" e desorganização dos agricultores.

As cooperativas que poderiam ser o canal de saída para os agricultores encontram-se bastante indviduadas, sem conseguir o seu real papel de agente de comercialização.

A situação vem se tornando cada dia mais difícil em função do aumento da área cultivada com irrigação na Região Nordeste e no Brasil como um todo. Isto reflete na queda de preço para o agricultor, haja visto que o mercado, nesse momento de estagnação econômica esta estabilizado, ou até apresenta queda no consumo.

Outro elemento importante de dificuldade nos projetos de irrigação é o alto custo de produção, por causa dos custos de manutenção e operação dos perímetros. Por muitas vezes a COELBA já cortou a energia e muitas vezes ameaçou o corte por falta de pagamento.

Tendências:

A análise da tendência sobre o funcionamento dos projetos de irrigação indicam que algumas ações devem ser priorizadas, para que o futuro seja melhor planejado e que a agricultura irrigada consiga responder aos anseios de seus usuários. Notadamente dos colonos assentados. Dentre essas ações destacam-se:

-) a relação colono x CODEVASF x Projetos precisa ser melhor definida e esclarecida, haja visto que é uma queixa constante dos colonos que esta empresa desempenha e pode desempenhar no contexto dos perímetros de irrigação do município;
-) as cooperativas precisam tornarem-se competitivas no ramo de comercialização de produtos agrícolas inclusive passando a atuar como forte agente de intermediação no mercado regional. Para tanto é fundamental ter capital de giro, infra-estrutura (caminhão, galpão, etc) e contatos com agentes de comercialização que dominam o mercado de horti-fruti no Centro Sul do país;
-) elaboração de um calendário agrícola para evitar choques de produção com outras áreas produtoras;
-) verticalização da produção por parte dos agricultores, reunidos em grupos (associações, cooperativas, sociedades anônimas, etc), com ênfase a transformação de produtos agropecuários, como por exemplo o beneficiamento de frutas.

Unidade 1.D: Açudes públicos

Compreende as áreas circunvizinhas dos açudes de Pinhões, Poções e Juremal, implantados pelo Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS), onde se pratica agricultura irrigada.

Pinhões, o açude mais expressivo, possui 105 pequenos proprietários com lotes que variam de 05 a 10 ha, onde cultivam cebola, melão, tomate, feijão, melancia e manga.

A pesca de peixes, como tuicunaré e tilápia, e de crustáceos (camarão) integram também o quadro de geração de renda para a população local.

No açude de Poções a agricultura irrigada é limitada pela capacidade do açude e pela presença de solos inadequados para irrigação. Atualmente, 03 famílias plantam culturas anuais.

No açude de Juremal, a agricultura irrigada não é tão desenvolvida como nos outros açudes, devido a capacidade do mesmo não ser capaz de atender o abastecimento das famílias e dos rebanhos e ao mesmo tempo, fornecer água para irrigação. Mesmo assim, 01 produtor exerce essa atividade.

Problemática:

Os problemas identificados mostram uma certa distinção nos diferentes açudes. No açude de Pinhões, os agricultores encontram-se bastante endividados junto as instituições financeiras. A poluição da água por agrotóxico, cria dificuldades para o abastecimento de água para a população e para os animais.

A comercialização é um problema crucial em toda essa área. No caso de Pinhões, as condições são ainda mais adversas para os agricultores devido a longa distância e as péssimas condições da estrada, principalmente na época chuvosa, criando impecilhos para os

intermediários absorverem a produção.

Nos açudes de Poções e Juremal, revela-se o conflito do fornecimento de água para o abastecimento humano e dos animais, ou o uso para irrigação.

Os solos de Poções são de baixa fertilidade, pouco adaptados para agricultura irrigada.

Tendências:

Surge a extrema necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a utilização racional dos recursos hídricos desses açudes, principalmente em Pinhões e Juremal, para poder buscar as alternativas de produção e/ou abastecimento de água. Evoluindo, a depender da situação, para a ampliação destes mananciais.

Caso a rodovia federal BR-235, que liga o município ao Estado de Sergipe, venha a ter pavimentação asfáltica, Pinhões poderá sofrer um impulso de desenvolvimento significativo. A produção agrícola e pesqueira terá maior facilidade de escoamento e comercialização. Surgirão demandas por serviços inerentes ao aumento do tráfego rodoviário, como: postos de gasolina, borracharias, dormitórios, oficinas, abrindo assim uma nova frente de ocupação da mão-de-obra.

Unidade 1.E: Adutora de Caraiba Metais

Corresponde a Sarea que acompanha a adutora que transporta água para a Mineração Caraiba Metais, localizada no Município de Jaguarari, a sudeste do município de Juazeiro.

Antes de 1988 esta área se destinava ao criatório extensivo dos rebanhos caprinos, ovinos e bovinos, sendo esse último com menor expressão. A partir dessa data, os agricultores conseguiram um acordo com a empresa de mineração para o fornecimento de água para irrigação.

Daí em diante verificou-se uma mudança substancial na ocupação do espaço, com a agricultura irrigada tornando-se a força de desenvolvimento, através do plantio de culturas anuais (tomate, cebola, melão e arroz), fruteiras (bananeira e côco) e pastagens (capim elefante) destinada a alimentação dos rebanhos caprinos e ovinos.

Essa área hoje é ocupada por produtores que já possuíam terra ao longo da adutora, ou por outros produtores que compraram apenas a faixa de terra possível de ser irrigada.

No geral, a área cultivada por propriedade é 2 ha, podendo em alguns casos, ter área de maior tamanho em função da cultura plantada e da disponibilidade de água, conforme acordo com a Caraiba Metais.

Os produtores rurais são representados pela Associação dos Produtores da Adutora (APRA), que tem a responsabilidade de negociar com a Caraiba Metais a liberação e pagamento da água consumida.

Problemática:

Como essa área é de ocupação recente, coincidindo sua expansão com momentos de crise da assistência técnica e extensão rural, os produtores rurais queixam-se da falta de orientação e de acompanhamento técnico.

A relação dos produtores com a Caraiba Metais, em alguns casos é conflitante, por causa das ligações clandestinas de água, gerando dificuldade no fornecimento do insumo básico para irrigação (água).

Tendências:

A continuidade dessa área irrigada constitui-se numa incerteza, em virtude dos rumos que irá tomar a Caraíba Metais nesses próximos anos. Essa empresa estatal vive o dilema a privatização "versus" o sucateamento.

Caso a primeira opção seja a vencedora ninguém garante que os futuros proprietários continuarão a fornecer água para irrigação, ou mesmo elevar o custo da tarifa de água para um patamar inacessível para os produtores dessa área.

Por outro lado, se a segunda opção for a escolhida, poderá se chegar ao ponto da empresa entra em colapso, paralisando suas atividades e, conseqüentemente, inviabilizando a irrigação ao longo da adutora.

02: ZONA DE ASSALARIAMENTO

Unidade 2.A: Assalariamento e agricultura de renda

Essa unidade compreende as áreas circunvizinhas aos projetos de irrigação e área de abrangência da Caraíba Metais. Tem sua economia baseada na agricultura de sequeiro com culturas de renda (mandioca e melancia), culturas de subsistência (feijão de corda e milho), na pecuária extensiva de caprinos, predominantemente, ovinos e bovinos, em menor escala. Na área próxima ao povoado de Abóbora o rebanho está sendo transferido para outras localidades, por falta de terrenos "soltos", sem cercas.

Nas localidades de Lajes, Lajinhas, Carnaíba de Dentro, Carneiros e Riacho da Massaroca, processa-se a agricultura irrigada, com culturas anuais, em pequenas áreas através das sobras de água dos projetos de irrigação.

O assalariamento da mão-de-obra nas áreas irrigadas constitui um elemento significativo da geração de renda para os agricultores sem-terra e também dos pequenos agricultores, que no período da seca vende a sua força de trabalho.

Vale salientar que a proximidade com os projetos de irrigação e mineração faz com a que comercialização, principalmente de carne, seja realizada diretamente nesses pequenos centros urbanos.

Problemática:

Dentre os problemas citados pelos entrevistados, destaca-se a falta de água para o consumo humano e para os animais no período seco e água para irrigação nas cercanias dos projetos irrigados. No riacho da Massaroca, localizado na periferia do Projeto Maniçoba, não tem energia elétrica e nem água. No entanto, a rede elétrica passa a 600 metros do povoado e o canal de irrigação fica a uma distância de 400 metros e a sobra de água é recolhida pelas mulheres em latas de 20 litros.

Foram citadas também as seguintes dificuldades:

-) falta de forragem para os animais no período seco;
-) falta de assistência técnica;
-) má condição das estradas.

Tendências:

Para a população dessa área é fundamental que os projetos agrícolas e a Caraíba Metais sejam empreendimentos bem sucedidos para poder gerar cada vez mais oportunidades de emprego e demandar outros serviços geradores de renda e integração econômica com as suas cercanias.

No entanto também é fundamental estar atento as condições de produção dos agricultores que vivem exclusivamente da renda de sua propriedade. Melhorando as relações de integração com os projetos de irrigação, sobretudo no que se refere a utilização das sobras de águas.

Essa integração poderá movimentar a atividade agrícola com o aumento da produção, facilidade de comercialização e intercâmbio de serviços (mão-de-obra) e insumos (esterco).

Unidade 2.B: Assalariamento e pecuária

Essa unidade difere-se da anterior devido ao fraquíssimo papel que desempenha a agricultura de sequeiro nas localidades situadas nessa área, pois os solos são rasos, pedregosos, com baixa aptidão para essa atividade. A sustentação econômica da população está centrada na pecuária extensiva de caprinos e ovinos. A bovinocultura aparece com menor expressão.

A venda da mão-de-obra nas áreas irrigadas é expressiva, principalmente por parte da população de Sítio e Barauna. Nessa última o couro é transformado artesanalmente em arreios, chapéus e sapatos.

Problemática:

Como essa unidade tem na pecuária a sua base econômica, as principais dificuldades estão relacionadas com essa atividade, com destaque para:

-) a falta de água para o consumo humano e animal;
-) a falta de alimentação para os animais na época seca;
-) as péssimas condições das estradas.

Tendências:

Do ponto de vista da integração com os projetos de irrigação, a situação é semelhante a unidade anterior, onde o crescimento desses empreendimentos é por demais importante para a absorção da mão-de-obra das localidades dessas áreas.

Com relação a pecuária o caminho é solucionar os constantes problemas relacionados a falta de água e de forragem, para tanto podem surgir alternativas ligadas à utilização das sobras de água, quando possível, para abastecimento e formação de capineiras, destinadas à fenação e à silagem, outras formas de armazenar a alimentação para os animais na época seca.

03: ZONA DE AGRICULTURA DE SEQUEIRO E PECUÁRIA

Unidade 3.A: Média densidade demográfica

Corresponde a área localizada na sul do município, no distrito de Massaroca, onde se desenvolve um sistema de produção baseado na agricultura de sequeiro, com especial destaque para as culturas voltadas para o mercado (melancia, mandioca, mamona) e para o autoconsumo

(feijão de corda e milho), em conjunto com a pecuária de caprinos, ovinos e bovinos, esses com menor expressão.

Comparada com outras áreas de agricultura de sequeiro do município, esta unidade apresenta uma densidade demográfica acima da média. Sua estrutura fundiária é marcada pela presença de pequenas propriedades variando de 20 a 100 ha, que ocuparam essa área devido a existência de pequenos cursos de água temporários e os solos serem propícios para o desenvolvimento de agricultura de sequeiro. Existem áreas coletivas chamadas fundo de pasto, que estão em via de titulação, onde são criados os rebanhos dos moradores da região.

Nesses últimos anos vem ocorrendo um maior avanço no cercamento das propriedades e consequentemente um maior desmatamento para a introdução de pastagens cultivadas.

Problemática:

Quando o índice pluviométrico é expressivo a produção de melancia é bastante significativa, capitalizando os agricultores. No entanto, como a comercialização é realizada com atravessadores da sede do município, a margem de ganho ainda é baixa, pois a mercadoria é comercializada pela unidade e não pelo peso, como é realizada na área irrigada. Além do baixo preço proposto por esses intermediários.

Destaca-se também como problema a falta de assistência técnica para esses produtores, que em alguns momentos perdem e/ou diminuem sua produção devido a problemas fitossanitários que aparecem na lavoura e que poderiam ser solucionados com a presença mais sistemática de orientação técnica.

A falta de forragem para os animais na época seca também é uma dificuldade sentida pelos criadores dessa área. Porém, algumas iniciativas para solução desse problema já foram tentadas com algum êxito, como por exemplo, o feno de guando e da cunhã.

Tendências:

O cercamento das propriedades está restringindo as áreas livres de criação dos animais, dificultando o sistema de criação extensiva, aumentando a carga animal sobre as áreas de fundo de pasto. Isso provoca a necessidade dos agricultores se organizarem para melhor utilizarem as áreas de fundo de pasto, sem gerar conflitos nas comunidades, ao tempo que induz os criadores à buscar alternativas de armazenamento de alimentos para os animais no período seco.

A pesquisa agropecuária e a extensão rural devem continuar o trabalho desenvolvido na região de Massaroca, no sentido de solucionar algumas dificuldades relacionadas com a agricultura de sequeiro, gerando e difundindo tecnologias ao nível das propriedades.

Unidade 3.B: Baixa densidade demográfica

Essa é uma área bastante semelhante a anterior quanto a sua base econômica. Na verdade, constitui-se uma grande área de expansão dos agricultores mais capitalizados de outras áreas. É uma ocupação baseada nas pequenas propriedades.

O cultivo de melancia, mandioca, mamona, feijão de corda e milho associado ao criatório extensivo de caprinos, ovinos e bovinos é a base da economia.

A formação de pastagens (capim buffel) e o plantio de palma tem sido a forma encontrada pelos agricultores para tornarem essa área numa espécie de "refrigério" dos animais na seca, que são trazidos das localidades da unidade anterior e de outras circunvizinhas.

Problemática:

O problema principal citado pelos entrevistados refere-se a falta de água, tanto para o consumo humano como dos animais. Esse problema tem dificultado a instalação de comunidades nessa área, por isso, verifica-se a baixa densidade demográfica, quando comparada com a área anterior.

Tendências:

Solucionado o problema de abastecimento de água nessa área, poderá haver maior concentração populacional, com a instalação de comunidades, assemelhando-se ainda mais com a unidade anterior.

04: ZONA DE PECUÁRIA E EXTRATIVISMO

Unidade 4.A: Extrativismo vegetal:

Corresponde a área próxima a sede do Distrito de Abóbora, onde a colheita do umbu, no período chuvoso, constitui-se em fonte de renda importante para a população local, notadamente para os agricultores sem terra ou mesmo para os que vendem a sua mão-de-obra temporariamente.

Na época da colheita (dezembro a abril), o úmbu é comprado na porta dos "catadores" por dois intermediários, moradores de Abóbora, que revendem o produto nos mercados de Salvador, Feira de Santana e Aracajú. Anualmente, são comercializados por volta de mil caminhões dessa fruta nativa.

A caprinocultura extensiva, é a base da economia local, complementada com o criatório de ovinos e bovinos, esse último em menor expressão.

A agricultura de sequeiro é fraca, com destaque para as culturas de subsistência (milho e feijão de corda).

Problemática:

Os problemas gerais identificados dizem respeito a pecuária, já relacionados em outras áreas da agropecuária dependente de chuva, como:

-) a falta de água para consumo humano e dos animais;
-) a falta de alimentação para os animais na época seca.

Mas, também destaca-se a necessidade de um incentivo concreto, no sentido do úmbu ser beneficiado na própria localidade de Abóbora, pois nem toda produção é absorvida pelo mercado.

Tendências:

A possibilidade de beneficiamento do úmbu na localidade de Abóbora é pertinente, devido a existência de certos aspectos, tais como:

-) matéria prima em abundância;
-) infra-estrutura (água encanada e energia elétrica);

-) mão-de-obra disponível e de baixo custo;
-) facilidade de escoamento da produção (boas estradas);
-) mercado regional para absorver a produção.

Todavia, também precisam ser analisados certos entraves para a concretização dessa idéia, como por exemplo a inexistência de outras frutas na localidade, que pudessem ser beneficiadas quando a safra do úmbu acabasse, fazendo com que a unidade de produção não ficasse ociosa no período da entressafra.

De qualquer modo, a iniciativa de transformar o umbú in natura em polpa, doce, géleia, etc, merece ser analisada pelas instituições de desenvolvimento regional, no sentido de identificar a sua viabilidade técnico-econômica e a partir daí financiar os agentes empreendedores.

Caso essa laternativa seja viável, teremos a introdução de um novo elemento econômico da área, a micro-empresa industrial, que deverá ofertar maior número de empregos e serviços, principalmente no Distrito de Abóbora.

Unidade 4.B: Extrativismo vegetal:

Essa unidade refere-se as áreas que possuem como atividade econômica o extrativismo mineral, como pedra portuguesa (Carnaíba do Sertão e Pau Preto), mármore (Manga), cal (Carnaíba do Sertão e Juremal), pedra de calcáreo (Fazendas Pouso Alegre e Lage) e areia grossa, que é extraída no Riacho Tourão entre o Serrote Branco e Fortaleza, aliado a pecuária extensiva de caprinos, principalmente, de ovinos e bovinos, além da fraca agricultura de sequeiro com milho e feijão de corda.

Essas atividades tiveram maior dinamismo por causa da existência de uma malha ferroviária e rodoviária, que permite o transporte da produção e facilita a sua comercialização.

O processo de extração, beneficiamento e comercialização ocorre de forma diferenciada, de acordo com o produto.

A cal, após a pedra ser queimada, é beneficiada por duas indústrias moedeiras localizadas na área, e colocam no mercado regional e de Salvador-BA.

A pedra portuguesa é extraída manualmente por **quebradores de pedra** que vendem sua produção para intermediários da região, que se encarregam da comercialização com Salvador e outras praças.

O mármore é comercializado diretamente da mina para as indústrias de beneficiamento localizadas no Sudeste (São Paulo e Minas Gerais).

A pedra de calcáreo é comercializada direto da mina com o polo Petroquímico de Camaçari, Estado da Bahia, e é usada como agente anti-poluente.

A areia grossa é vendida pelo dono da propriedade ao caçambeiro, que revende em Juazeiro e Petrolina.

Problemática:

O desmatamento nessa região é muito intenso, principalmente no trecho de Carnaíba do Sertão, por causa da utilização da madeira, como lenha, para a queima de cal. Hoje, a aquisição de lenha é cada vez mais difícil e conseqüentemente mais cara.

Os quebradores de pedra portuguesa não são bem remunerados pelo serviço desempenhado. Ficam sujeitos aos preços ditados pelos intermediários que monopolizam esse comércio no município.

Esses operários não possuem, no momento, uma organização que os capacite para alterar o quadro de desvantagem econômica em que vivem.

Tendências:

O consumo de lenha constante, sem nenhuma atividade de reflorestamento, poderá constituir-se em um entrave econômico grave, devido a elevação do custo de produção e do produto final, dificultando a sua competição no mercado. Além de aumentar o desmatamento da caatinga, contribuindo com a degradação ambiental, através do ressecamento e empobrecimento dos solos da diminuição vegetal e animal.

Os quebradores de pedra portuguesa estão iniciando um processo de organização, com vistas a obtenção de crédito para investimento e capital de giro, que permita os mesmos comercializarem a sua própria produção e assim melhorarem sua remuneração.

05: ZONA DE PECUÁRIA

Unidade 5.A: Área com potencial de irrigação

Corresponde a área que margeia o Riacho Curaçá, próxima ao Açude de Pinhões e a zona de tabuleiro localizada nos Distritos de Juremal e Massaroca.

A primeira área poderá tornar-se uma área de irrigação, caso seja realizado um trabalho de barreamento ao longo do Rio Curaçá. A segunda área tem perspectiva de ser irrigada através do projeto de irrigação do Salitre, que poderá ser implantado pela CODEVASF.

Atualmente essas regiões vivem da pecuária extensiva de caprinos, ovinos e bovinos. A agricultura de sequeiro é fraquíssima, quase não existindo, por causa da presença de solos muito argilosos, que dificultam essa atividade.

Nas áreas localizadas na zona de tabuleiro, a estrutura fundiária é bastante concrementada, com grandes propriedades com baixa utilização das terras.

Em meados da década de 80, quando se começou os trabalhos visando a implantação do Projeto Salitre, verificou-se uma forte especulação fundiária, inclusive, comprática de grilagem e outros conflitos do gênero.

No distrito de Pinhões a estrutura fundiária é mais diversificada, com o predomínio das pequenas e médias propriedades.

Problemática:

Os problemas detectados, no geral, referem-se a deficiência de infra-estrutura hídrica, que permita o abastecimento de água para a população e para o criatório e que também seja de aproveitar o potencial dos solos em grandes áreas de irrigação.

As entrevistas revelaram a necessidade de um estudo de viabilidade técnico-econômica de irrigação de pequenas áreas, através de poços artesianos.

A falta de forragem para os animais na época seca, também é um problema que aflinge

os criadores.

Tendências:

A implantação do projeto Salitre modificará a forma de ocupação do espaço e consequentemente o perfil produtivo dessa área. Haverá uma maior densidade demográfica, com maior absorção da mão-de-obra, além da geração e demandas por serviços específicos de uma área irrigada e núcleos urbanos.

Caso exista a possibilidade mais concreta de implantação do projeto, deverá ocorrer uma nova corrida pela propriedade da terra, onde será implantado o projeto, como ocorreu no passado.

Como a implantação desse projeto será cada vez mais difícil, a perspectiva de estruturar a irrigação através de poços artesianos, pode ser uma alternativa de aproveitamento do potencial de solos, pois já que existem alguns poços nessa área irrigando pequenas glebas de fruteiras (banana).

Unidade 5.B: Pecuária interligada com o rio São Francisco

Essa unidade fica situada no distrito de Itamotinga e tem como característica principal o fluxo migratório dos proprietários de terra em direção a beira do Rio São Francisco, durante o período seco. Nessa época parte do rebanho também é transferido.

A caprinocultura extensiva é a atividade principal dessa unidade. A agricultura de sequeiro com milho e feijão de corda é fraca. Durante o período seco os agricultores mais capitalizados, a minoria, plantam culturas anuais irrigadas. O restante produz forragem para alimentação animal.

Recentemente, uma empresa de São Paulo vem contratando moradores da região, para retirar do subsolo pedras, que segundo os mesmos moradores, os empresários afirmam que são usadas para fabricação de lâmpadas.

Problemática:

Os problemas identificados durante esse trabalho, de maneira geral, dizem respeito a falta de água para consumo humano e dos animais, o que permitiria à população se fixar nessa área.

Com relação a pecuária, a falta de forragem para os animais no período seco, tem ocasionado uma alta mortalidade dos rebanhos nessa época do ano.

Tendências:

Essa unidade poderá tornar-se uma área típica de pecuária tradicional, caso seja resolvido o problema de falta de água, diminuindo o fluxo migratório e fixando a população nas suas propriedades.

É importante que seja feita uma pesquisa mineral, sobre a exploração desse minério que hoje é uma incógnita, para a população que trabalha na extração. Ademais, caso essa seja uma exploração rentável, poderá tornar-se mais uma alternativa de geração de empregos e divisas para o município.

Unidade 5.C: Pecuária interligada com a sede do município

É uma área de baixíssima densidade demográfica, onde predomina a pecuária extensiva de caprinos, ovinos e bovinos, em grandes e médias propriedades, poucos exploradas economicamente pertencentes, na sua maioria a pessoas residentes na sede do município, que

investem muito pouco nas propriedades.

A agricultura de sequeiro quase que não aparece. Quando acontece, restringe-se ao cultivo de milho e feijão de corda, em parcelas inferiores a 1 ha, destinadas exclusivamente para subsistência.

Problemática:

Como as fazendas são de propriedades de pessoas que moram na sede do município, não existe um investimento mais eficaz, que possibilite o desenvolvimento da área.

A falta de infra-estrutura hídrica que permita o abastecimento da população e dos animais é uma dificuldade sentida e diagnosticada nesse trabalho.

Tendências:

Como a tendência do crescimento da zona urbana da sede do município, é no sentido sudoeste, inclusive com a ampliação de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento agro-industrial, como o porto e o núcleo oeste do Distrito Industrial do São Francisco, parte dessas terras poderão tornar-se alvo de especulação imobiliária.

Unidade 5.D: Pecuária tradicional

Predomina nessa unidade a tradicional pecuária extensiva de caprinos, ovinos e bovinos, estes com menor expressão. A caatinga é a base da sustentação alimentar dos rebanhos com a suplementação de ração na época seca. Não existem grandes áreas de pastagens formadas. A agricultura de sequeiro (feijão de corda e milho) é fraca.

É uma área de baixa densidade demográfica, com predominância de grandes e médias proprietários, questão transferida em sua maior parte através de herança.

Problemática:

As dificuldades apresentadas pelos entrevistados dizem respeito à falta de infra-estrutura hídrica, abastecimento da população e dos animais, períodos mais críticos de estiagem.

A falta de investimento na formação de pastagem, que consiga alimentar os animais na época seca, provoca dificuldades para o criatório.

O manejo produtivo dos rebanhos é inadequado para as condições climáticas da região. Haja visto que os produtores se queixam da alta mortalidade dos cabritos, devido o pico do nascimento ocorrer no início ou auge da estiagem, pois as cabras são enxertadas no período chuvoso.

Tendências:

Essa região deve trilhar o caminho para melhorar o sistema de criação, sob pena de continuar sofrendo prejuízos significativos, de perda de animais, em cada período de estiagem prolongada, fato comum no semi-árido.

O trabalho da pesquisa agropecuária e da assistência técnica para esses criadores é fundamental, para gerar e difundir tecnologias que busquem a formação de pastagem e a estocagem de forragem para a época seca. Além de procurar solução para o problema do manejo reprodutivo dos rebanhos.

06: ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

6.1. Serra do Mulato

Corresponde a área compreendida pela Serra do Mulato, Serra da Cruz e Serra do Colono, situada no sudoeste do município, na divisa com Campo Formoso, a margem esquerda do Rio Salitre. São elevações que possuem cotas topográficas que variam de 460 a 857 metros acima do nível do mar, configurando-se nos pontos mais altos do município.

Constitui-se na área verde mais significativa de todo município, com rica diversidade de fauna e flora e que até o momento não tem sido alvo de degradação desenfreada devido a barreira natural existente, que dificulta o acesso ao topo e as vertentes das serras.

Desde de setembro de 1993, está em curso o Projeto Caatinga/Serra do Mulato, que tem como objetivo principal a **preservação e conservação** dessas serras, desenvolvendo um trabalho de apoio sócio-econômico e de conscientização da população circunvizinhas no sentido desta tornar-se um cinturão de proteção contra a degradação ambiental verificada em outras áreas semelhantes.

Nesse projeto está previsto a elaboração de uma Lei de Preservação dessa área, para ser encaminhada a Câmara de Vereadores do município e que após a sua discussão e aprovação será encaminhada ao Executivo municipal para o sancionamento.

Problemática:

Como essa área fica situada próxima ao Vale do Salitre e sua população vive momentos de dificuldades para obtenção de renda em função dos problemas ocasionados pelo uso irracional do Rio Salitre, as serras ficam sujeitas a uma pressão maior, relacionada com a extração de seus recursos naturais (madeira e caça).

Ademais, a questão ecológica ainda não está totalmente assimilada pela população que reside nas proximidades das serras.

Tendências:

Essa região constitui-se numa grande fonte de estudo para várias áreas de pesquisa, como por exemplo: botânica, antropologia e ornitologia. Pode tornar-se uma área que permita aos estudantes de nível médio e superior estudar elementos da fauna e da flora regional já extintos em outros ambientes da região.

Com a aprovação da lei e o trabalho de conscientização da população realizado pelo Projeto Caatinga/Serra do Mulato, essa área de ser preservada ou mesmo ter os seus recursos utilizados racionalmente.

No futuro, a depender do processo de evolução da consciência ecológica da população beneficiária do projeto, essa região poderá vir a ser área de turismo ecológico.

5. TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

5.1. A integração do município ao espaço regional, nacional e internacional

Ao longo desses últimos anos o município de Juazeiro integrou-se cada vez mais ao contexto regional, nacional e internacional. Esse fenômeno caracteriza-se pela importância cada vez maior dos fluxos de mão-de-obra e de produtos (produções e insumos).

A explosão da agricultura irrigada trouxe consigo mudanças substanciais nos sistemas produtivos, com destaque para a diversificação das culturas e o crescimento da fruticultura para atender o mercado regional (grandes cidades), nacional (Centro-Sul) e internacional (Europa e Estados Unidos da América), portanto, acelerando o processo de integração do município com o mundo.

No entanto, essa integração também precisa ser analisada sob a ótica da competição dentro de um mercado cada vez mais concorrido, principalmente agora que o país passa a integrar o Mercado Comum do Cone Sul.

Esse fato implica na necessidade dos produtores ter um conhecimento da dinâmica e funcionamento do mercado, tanto ao nível dos centros produtores, quanto ao nível dos centros consumidores.

Ademais, é necessária a geração, a difusão, a adoção de tecnologias que permita o alcance de maior produtividade aliada a custos de produção mais baixos e que gere produtos de acordo com as exigências do mercado consumidor, criando assim condições para os produtores do município participarem do mercado com maior poder de competição.

Fundamentado nesses dois aspectos (mercado e tecnologia), é importante que o município procure organizar um calendário de plantio, com objetivo de evitar choques de produção.

O mercado de cebola é o primeiro que deve ser analisado sobre esse ponto de vista para evitar a concorrência do produto argentino e o nacional (Sul do Brasil).

Essa tomada de posição torna-se cada dia mais urgente, em função do crescimento acentuado da agricultura irrigada no país e em especial na região Nordeste.

5.2. Integração entre a área irrigada e de sequeiro

As relações entre as áreas irrigadas e de sequeiro são marcadas por fenômenos de diferenciação, competição e integração.

A diferenciação diz respeito às próprias características de cada área e às relações que essas mantêm com o exterior (mercado, acervo tecnológico, incentivos fiscais, relações institucionais, etc).

Logicamente, essa diferenciação gera uma relação de competição pela busca de recursos, apoio político e de órgãos públicos que proporcionem maior geração e difusão de tecnologias. Além do mais, existe a competição fundiária, onde se verifica cada vez mais a expansão da agricultura irrigada.

Todavia, o que deve ser ressaltado no planejamento agropecuário do município são os fenômenos de integração que se revelam através:

-) da venda de esterco e de carne das áreas de sequeiro para as áreas irrigadas;

-) do fluxo de mão-de-obra das áreas de sequeiro, para as áreas irrigadas;
-) da utilização das sobras de água dos canais de irrigação e drenagem por parte dos agricultores de sequeiro;
-) da valorização dos restos de cultura das áreas irrigadas como fonte de alimentação do rebanho da área de sequeiro.

5.3. Processo de urbanização

Nos últimos trinta anos, o município de Juazeiro viveu um intenso processo de urbanização, fruto da atração do fluxo migratório e dos investimentos, tanto ao nível municipal, como regional.

Esse fato aumentou a oferta de emprego e serviços urbanos, reforçando o aumento populacional, todavia, gerou também problemas de planejamento, organização e ocupação dos espaços urbanos.

A demanda por infra-estrutura urbana (saneamento básico, calçamento, etc), por serviços de assistência social (escolas, postos de saúde, creches, etc) cresceu consideravelmente, em especial na sede do município, na zona periférica, criando dificuldades administrativas para o poder público municipal para atender essas necessidades.

O mercado de produtores agropecuários também foi ampliado com uma demanda intensa de alimentos, dinamizando a comercialização de frutas, verduras, legumes, cereais e carnes, oferecendo a oportunidade para produções diversificadas.

5.4. Uma pequena produção diversificada e integrada

A integração do município no contexto macro-econômico induzindo mudanças no comportamento da pequena agricultura, que vem buscando sua inserção ao espaço municipal, regional e mais especificamente. A cada tempo que passa é difícil encontrar agricultores que vivam exclusivamente da pecuária extensiva, como no passado. A renda é complementada com receitas oriundas de outras atividades, como por exemplo:

-) a exploração de agricultura de renda na área de sequeiro (melancia, mandioca, mamona) e na área de irrigada (tomate, cebola, melão, etc);
-) o assalariamento nos projetos de irrigação e mineração e outros serviços nas áreas mais urbanizadas (sedes dos distritos);
-) o extrativismo vegetal e mineral.

A dinâmica de evolução da agricultura regional deverá ser o agente dessa integração através do reforço dos aspectos ressaltados acima, buscando sempre uma maior participação no mercado.

CONCLUSÃO

O zoneamento das unidades de desenvolvimento não é um fim por si só. Constitui-se em um instrumento que busque eficácia, agilidade e a participação dos agentes do desenvolvimento rural do município de Juazeiro na identificação da diversidade existente no meio rural, sua evolução seus entraves, buscando estudar a realidade de forma global, não pormenorizada, mas apresentando os elementos essenciais que caracterizeam o espaço rural delimitado, podendo ser utilizado de várias formas pelos diversos organismos que interagem no cenário do desenvolvimento municipal.

Inicialmente sua importância se dará pela utilização na elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural do Município, onde servirá de base para o aprofundamento do conhecimento detalhado de determinadas áreas que necessitem estudos específicos acerca de alguns temas não explorados nesse trabalho.

Poderá ser utilizado pelos órgãos de assistência técnica, no sentido de redimensionarem suas ações ao nível do campo, buscando aumentar a sua eficiência e competência no atendimento das demandas existentes no meio rural, priorizando aquelas que porventura sejam identificadas como as mais estratégicas sobre o ponto de vista do papel das instituições e sob a ótica do planejamento participativo.

Deverá ser um instrumento de reflexão para os produtores rurais, que a partir dele poderá reconhecer o município não de forma localizada e isolada, mas sim globalmente, identificando os caminhos e o centro dos debates sobre o pensamento dos planejadores, coordenadores e executores das políticas e ações ao nível municipal, podendo a partir daí traçar o seu próprio projeto de desenvolvimento e discutí-las com competência com os agentes encarregados do processo econômico do município.

Enfim, esse instrumento poderá servir de base cartográfica para implementação, pela UPAGRO, de um banco de dados que permita observar e acompanhar o desenvolvimento rural do município de Juazeiro, a partir da agregação de outras informações (quantitativas e qualitativas), estudos e análises de temas pertinentes a evolução econômica e social da zona rural do município de Juazeiro.

A identificação dos fatores, das modalidades e das consequências das tendências de evolução permitem fornecer indicadores, cujo acompanhamento possibilitará a atualização dinâmica do presente trabalho e por consequência reorientar as prioridades para o planejamento.

BIBLIOGRAFIA

- ADELA E ADMINISTRAÇÃO LTDA. TWING - Brasil. **Programa de desenvolvimento agro-industrial no Vale do São Francisco**: Petrolina, PE e Juazeiro, BA. Brasil. [s.l.], 1972. 30p.
- ARAGÃO, C.A.P.; CARTAXO, M.M. **Conservação e manejo dos recursos da bacia do Rio Salitre**. Juazeiro, BA: IICA/SUDENE, 1977.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Petrolina-Juazeiro: Aspectos sócio-econômicos e area de influência comercial**. Fortaleza, CE. 1968. 95p.il.
- CDIC. **Diagnóstico sócio-econômico de Juazeiro**. Salvador, BA. 1986. 71p.
- CODEVASF. **Inventário dos Projetos de Irrigação**. 2.ed. rev. e atual. Brasília-DF. 1991. 160p.
- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO SÃO FRANCISCO. **Petrolina - Juazeiro: centro regional do baixo e médio São Francisco**. Juazeiro, BA. 1968. 1v.il.
- EMATER-BA. **Diagnóstico Agro-sócio-econômico e tecnológico de 07 Municípios do Nordeste da Bahia: estudos de casos**. Salvador-BA, 1983. 585p.
- EMBRAPA. **Vale do Salitre: alguns elementos para uma ação coordenada**. Petrolina, PE. 1988. 26p.
- IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico: Bahia**. Rio de Janeiro, RJ. 1961. 80p. (IBGE. VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960).
- MIRANDA, Evaristo E. de. **Perfil Agro-sócio-econômico dos pequenos produtores rurais dos municípios de Euclides da Cunha, Juazeiro e Uauá**. Salvador-BA, EMATER-BA, 1984. 83p.
- PIRES, M.F. **Juazeiro Bahia: preservação da memória regional**. Juazeiro, BA. 1988, 42p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO-BA. **JUAZEIRO ANO 2000**. Juazeiro, BA. 1988. 372p.il.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO-BA. **Vale do Salitre: uma questão de sobrevivência**. Juazeiro, BA. 1988. 40p. 11.
- RIBEIRO, E. **Juazeiro na Esteira do Tempo**. Juazeiro, BA: Editora Mensageiro da Fé, 1968. 287p.il.
- SILVA, W.D. da. **O Velho Chico: sua vida, suas lendas e sua história**. Brasília: CODEVASF, 1985. 239p. il.